



**O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL DE ERNESTO GEISEL: O  
RELACIONAMENTO COM A ALEMANHA OCIDENTAL E O  
INTERVENCIONISMO NORTE-AMERICANO**

**THE RESPONSIBLE PRAGMATISM OF ERNESTO GEISEL: THE  
RELATIONSHIP WITH THE WESTERN GERMANY AND NORTH AMERICAN  
INTERVENTIONISM**

<sup>1</sup>Jéssica Fernanda Martins.

**RESUMO**

O presente artigo tratará das relações entre Brasil, Alemanha Ocidental e Estados Unidos durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel, com foco em sua política externa denominada como “pragmatismo responsável”. Seu objetivo é apresentar as justificativas e acontecimentos durante o afastamento brasileiro em relação ao eixo norte-americano e a busca pela autonomia no cenário internacional. Além disso, irá dispor sobre o conseqüente estreitamento das relações teuto-brasileiras e os resultados desta aproximação, tratando principalmente do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Neste cenário, será vislumbrado o engajamento do governo brasileiro na intenção de lançar o país de forma diversificada no cenário mundial e a constante busca por novas parcerias – fato de grande importância para que as gerações atuais tomem como exemplo, podendo agir da mesma forma no intuito de buscar uma maior independência em relação a outros atores internacionais além de um papel relevante neste contexto.

**Palavras-chave:** Brasil. Alemanha Ocidental. Estados Unidos. Relações Internacionais. Pragmatismo responsável.

**1 INTRODUÇÃO**

Brasil e Alemanha mantém um relacionamento diplomático que teve origens no século XIX, mais precisamente, no ano de 1871.<sup>2</sup> Já com os Estados Unidos, o governo brasileiro mantém relações desde 1808.<sup>3</sup> Mesmo sendo relacionamentos de longa data, poucos autores manifestaram-se sobre as relações entre os três países – com exceção do período das duas grandes guerras.

Uma das fases de maior repercussão, e a que será estudada neste trabalho acadêmico, foram as relações entre os países durante a Ditadura Militar brasileira, com foco específico no governo de Ernesto Geisel. Nesta época, houve um afastamento do Brasil em relação aos Estados Unidos, seu maior parceiro econômico e político até aquele momento, provocado por divergências a respeito das relações comerciais entre ambos. Estas divergências levaram o

---

<sup>1</sup> Bacharelando Relações Internacionais na Universidade do Sagrado Coração (USC). E-mail de contato: jessicafmartins95@hotmail.com.

<sup>2</sup> Embaixada e Consulados Gerais da Alemanha no Brasil. **Informações Atuais sobre as Relações Bilaterais Brasil-Alemanha.** Disponível em: <[http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07\\_\\_Aussenpolitik/Bilaterale\\_\\_Beziehungen/Bilaterale\\_\\_Beziehungen.html](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07__Aussenpolitik/Bilaterale__Beziehungen/Bilaterale__Beziehungen.html)> Acesso em: 04 abr 2015.

<sup>3</sup> Ano em que a corte portuguesa veio ao Brasil. Após esta data, os Estados Unidos foram os primeiros a estabelecer um consulado no país além de serem os primeiros a reconhecer sua independência em 1824.

presidente brasileiro a procurar novas parcerias com outros países do mundo por meio de sua nova política externa, denominada como “pragmatismo responsável”.

A política externa adotada por Geisel reformulou as diretrizes do país no meio internacional. Seu objetivo era a tentativa brasileira em conseguir uma maior autonomia no cenário internacional, um maior poder de negociação frente a outros países e a diminuição da dependência norte-americana. A partir do estabelecimento destas metas, percebe-se a criação de uma política externa independente durante este período.

Neste contexto, o objetivo deste estudo será apresentar as fases do engajamento do governo brasileiro durante a presidência de Ernesto Geisel para a construção de sua política externa autônoma que estava em busca de novos parceiros mundiais – neste caso, de uma aproximação com a RFA<sup>4</sup> - e mostrar sua parcial eficiência em aspectos políticos e econômicos. Além disso, será citado um dos principais fatos ocorridos nesta aliança, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, mostrando, de forma sucinta e objetiva, seus resultados e repercussão no cenário mundial.

Pode-se dizer que a importância do estudo deste assunto está em vislumbrar o engajamento político deste governo em lançar o país a uma nova realidade internacional, tentando livrar-se do eixo de influência estadunidense, bastante presente em nossa trajetória diplomática. Devemos ainda tomar como exemplo estas ações do governo brasileiro à época, já que atualmente não presenciemos o mesmo fervor em elevar o Brasil no cenário mundial.

Como principal fonte de informações sobre este tema, foi utilizada a obra “Brasil-Alemanha: Fases de Uma Parceria (1964-1999)” de Christian Lohbauer<sup>5</sup>, além de outras obras do próprio autor e diversos artigos e textos disponibilizados na internet que serão apresentados ao longo do trabalho.

Em suma, o restante do artigo será organizado da seguinte maneira: A seção 2 apresentará o conceito do “pragmatismo responsável” de Geisel e seus objetivos em relação aos Estados Unidos e à Alemanha Ocidental. A seção 3 abordará o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, apresentando seus resultados e sua repercussão, além de tratar do intervencionismo norte-americano. A seção 4 apresentará a continuidade da parceria entre Brasil e Alemanha, o constante papel dos Estados Unidos e a deterioração das relações teuto-brasileiras. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais do trabalho.

## **2 A POLÍTICA EXTERNA DE GEISEL E O NOVO RUMO DAS RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL**

Os cenários político e econômico durante toda a Ditadura Militar foram caracterizados por grandes dificuldades. Há quem diga que foi este o momento de avanço do Brasil em ambas as esferas, porém os resultados finais deste governo nos mostram realidades diferentes. Como sabemos, a inflação atingiu marcas altíssimas neste período e os fantasmas da dívida externa sempre nos assombravam. Apesar de todas essas temáticas, o que será tratado a partir

---

<sup>4</sup> República Federal Alemã – Alemanha Ocidental.

<sup>5</sup> Lohbauer, Christian. **Brasil-Alemanha: Fases de Uma Parceria (1964-1999)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Estudo histórico e cronológico das fases de aproximação e distanciamento nas relações bilaterais entre Brasil e Alemanha desde o início do regime militar, até a integração Mercosul-União Europeia. Além disso, aponta a participações de países terceiros durante este período, como por exemplo, os Estados Unidos.

deste tópico é relacionado somente à política externa do governo de Ernesto Geisel<sup>6</sup> e o foco brasileiro em inserir o país de forma autônoma no cenário mundial.

Ao assumir a presidência brasileira, Geisel se defrontou com uma grave crise do petróleo, que causou um grande choque na economia mundial em 1973, iniciada pelos principais países produtores no Oriente Médio ao regularem as exportações deste produto às nações que necessitavam do óleo para sua sobrevivência energética.<sup>7</sup>

Como resposta à crise, o presidente criou um plano econômico com o intuito de fazer crescer a economia brasileira, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Ao lado de um plano desenvolvimentista, percebeu-se a necessidade da implantação de uma política externa que acompanhasse o ideal brasileiro de crescimento, porém com o objetivo de alavancar outros setores, como por exemplo, o militar e o de fontes alternativas de energia. Além disso, queria-se conquistar novos mercados para os produtos brasileiros e criar novas parcerias, como forma de elevar o Brasil internacionalmente.<sup>8</sup>

Pode-se dizer que o II PND não alcançou todas as metas impostas ao país, houve uma entrega parcial dos resultados. A política externa, como veremos mais adiante, seguirá para o mesmo resultado, porém terá mais repercussão e maior participação do governo – se comparado à política interna.

A partir das metas impostas, foi criada uma política externa que colocaria em prática todos os esforços possíveis para alcançar a autonomia internacional tão almejada pelo Brasil naquela época. O “pragmatismo responsável”<sup>9</sup> foi uma política de diretrizes multilaterais, que buscava a diversificação em suas relações como forma de melhor inserir o país no cenário mundial. Pode-se dizer que o mesmo não deu continuidade às políticas externas anteriores, principalmente pelo fato de ter como um dos objetivos principais o afastamento em relação aos Estados Unidos.<sup>10</sup>

“A originalidade do Pragmatismo Responsável situa-se no fato dele respaldar uma política de autonomização econômica que não existia antes, e da resposta imediata e ousada aos desafios gerados pela crise internacional. Isso explica a “agressividade” dessa diplomacia.” (VIZENTINI apud OLIVEIRA, 2003, p. 2). Diante do modo agressivo como foi conduzida essa política externa, é possível usar esse fato como justificativa ao afastamento do eixo norte-americano neste período. E além de lutarem por uma maior independência internacional, sem ter a necessidade de dar satisfações de seus atos aos EUA, houve um impasse nas relações comerciais entre esses dois países que acentuaram as suas diferenças de pensamento.

---

<sup>6</sup> Presidente brasileiro durante a Ditadura Militar. Seu mandato compreendeu os anos de 1974-1979.

<sup>7</sup> IPEA, A revista de informações e debates do. **Petróleo: da crise aos carros flex**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Gilson. **Brasil: um amigo adversário dos EUA**. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/394/brasil\\_um\\_amigo\\_adversario\\_dos\\_eua/capitulo/2/](http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/394/brasil_um_amigo_adversario_dos_eua/capitulo/2/)>. Acesso em: 05 abr 2015.

<sup>9</sup> A palavra "pragmatismo" significa que o Brasil conduziria sua política externa fora dos princípios ideológicos, disseminados pela Guerra Fria. O adjetivo “responsável”, diz respeito a busca de inserir o país internacionalmente, tentando servir aos interesses nacionais, acima de tudo. SANTIAGO, Emerson. **Pragmatismo Ecumênico e Responsável**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/pragmatismo-ecumenico-e-responsavel/>> Acesso em: 05 abr. 2015.

<sup>10</sup> SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200007)>. Acesso em 05 abr. 2015.

Com a promulgação de um novo regulamento comercial norte-americano em 1974, o Brasil mostrou-se insatisfeito com suas disposições, já que este regulamento estabelecia limites em relação às exportações de produtos brasileiros para o mercado estadunidense. Sendo assim, com o protecionismo imposto ao Brasil por parte dos norte-americanos, o afastamento foi inevitável. Foi desde este momento que o governo brasileiro iniciou sua efetiva aproximação ao bloco europeu, mais precisamente da Alemanha Ocidental. (BRUMMELapud LOHBAUER, 2000, p. 61).

Desde o governo de João Goulart, o Brasil já configurava como o principal exportador da América Latina para a RFA. Esse relacionamento só se intensificou na década de 70, no governo de Geisel, que se mostrou bastante interessado em estreitar os laços entre os países. Devido a esses acontecimentos, após a reorientação da política externa brasileira houve a diminuição da participação dos Estados Unidos no comércio brasileiro e o consequente aumento das importações e exportações entre Brasil e CEE<sup>11</sup> – principalmente no que era relacionado à RFA (LOHBAUER, 2013, p. 29-30). O ponto crucial nessas ações brasileiras não foi a aproximação à CEE, mas sim o rompimento com os Estados Unidos. Foi esse afastamento que permitiu o Brasil tomar decisões mais assertivas sobre seu futuro e poder trilhar seu caminho, internacionalmente, de forma independente.

Além do aprofundamento nas relações econômicas com a Europa, houve também o apoio político da RFA ao Brasil, por ter reconhecido o governo militar assim que foi instaurado no país em 1964.<sup>12</sup>

Apesar das tentativas norte-americanas em reatar as relações com o Brasil, já que os Estados Unidos não aprovavam a parceria com a Alemanha e não queriam perder o mercado brasileiro para os europeus, o Brasil mostrou-se engajado em continuar com a fortificação deste laço político-econômico com a RFA. E na tentativa de aumentar ainda mais o distanciamento em relação aos Estados Unidos, o Brasil ainda procurou fortalecer parcerias com países socialistas e africanos, como forma de livrar-se do eixo ideológico norte-americano. Entre essas e outras disposições, pode-se afirmar que a união entre RFA e Brasil foi intensificada no governo Geisel, porém sua formalização foi acontecer somente com a assinatura do Acordo Nuclear entre os dois países, em 1975. (LOHBAUER, 2000, p. 63-64)

### **3 REVISÃO DA POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA: REPERCUSSÃO E RESULTADOS DO ACORDO NUCLEAR**

Durante os governos militares antecessores à presidência de Geisel, o Brasil passou pelo chamado “milagre econômico”. Neste período, militares e tecnocratas tinha como objetivo transformar o país em uma potência industrial e militar. Seguindo essa linha de pensamento, Geisel procurou investir em fontes alternativas de energia – já que o petróleo era considerado inviável, devido a recente crise no ano de 1973 –, sendo o urânio a escolha mais vantajosa naquele momento. Porém, nos anos de 1974 e 1975, os Estados Unidos interromperam o fornecimento de urânio ao Brasil, o que agravou ainda mais a dependência energética do país. Sem ter outros meios de conseguir suprir essa dependência de energia, o governo brasileiro aproveitou-se do recente estreitamento nas relações com a RFA e firmou

---

<sup>11</sup> Comunidade Econômica Europeia (Europa dos Nove – Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Reino Unido).

<sup>12</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da apud RODRIGUES, RAFAEL, 2014. **Seminário discute relações entre Brasil e Alemanha durante a Ditadura**. Disponível em < <http://br.boell.org/pt-br/2014/05/14/seminario-discute-relacoes-entre-brasil-e-alemanha-durante-ditadura> > Acesso em: 05 abr 2015.

com o país o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha em 27 de junho de 1975, onde a Alemanha concordou em repassar aos brasileiros sua tecnologia e conhecimento sobre o enriquecimento de urânio. A partir disso, o Brasil estipulou metas a serem alcançadas com o acordo, consideradas bastante ambiciosas. O país queria a participação de reatores nucleares em 53% do uso total de energia – o que não era necessário, pois o Brasil possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo.<sup>13</sup>

Do ponto de vista alemão, o acordo foi de essencial ajuda ao desenvolvimento de um mercado para sua produção de energia nuclear. Internamente, devido aos acontecimentos em Chernobyl, houve uma forte oposição vinda de vários grupos de ecologistas, contra o desenvolvimento deste tipo de energia. Além disso, com o acordo a Alemanha conseguiria condições para fortalecer sua indústria nuclear em relação à concorrência mundial neste mercado, principalmente no que diz respeito à hegemonia norte-americana. E também poderia diminuir a dependência da Euratom<sup>14</sup> do fornecimento de urânio enriquecido vindo também dos Estados Unidos (LOHBAUER, 2000, p. 66 e 70).

Partindo dos interesses alemães neste acordo e do pouco conhecimento brasileiro a respeito da energia nuclear, vemos que mesmo sem os Estados Unidos estarem envolvidos nesta parceria, o Brasil consegue colocar-se no papel de “país explorado” novamente. Tudo pelo o que o governo lutou, talvez tenha perdido coerência com a assinatura deste acordo.

E apesar dos benefícios econômicos – poucos, em relação ao Brasil –, o acordo gerava contradições sobre três situações: a preocupação a respeito da não proliferação, ao fato de a Alemanha fornecer um tipo de energia que nem mesmo seu mercado interno consumia e pelo acordo não trazer grandes resultados aos brasileiros.

Os Estados Unidos mostravam-se bastantes desconfiados, já que o Brasil não havia assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear. As percepções norte-americanas diziam que o fato do Brasil não ser signatário do Tratado de Não Proliferação e de possuir uma recente tecnologia, capacitavam o Brasil na produção de armamentos nucleares, o que possibilitaria o surgimento de um novo Fidel Castro entre os países latino-americanos (BANDEIRA apud OLIVEIRA, 2003). Mas ainda com a justificativa política norte-americana, não podemos deixar de citar os possíveis problemas econômicos que poderiam surgir.

Além da perda do Brasil como um parceiro com grande potencial – no qual os Estados Unidos sempre mostrou muito interesse –, a Alemanha poderia despontar como uma potência nuclear e concorrer diretamente com os norte-americanos para conseguir alcançar a hegemonia neste setor.

Durante este conturbado período, Henry Kissinger<sup>15</sup> veio ao Brasil, e assinou um memorando de entendimento entre Brasil e Estados Unidos junto de Azeredo da Silveira<sup>16</sup>, como forma de melhorar a situação entre os países. Porém, essa atitude tornou-se, de certo modo, inválida durante o governo de Jimmy Carter<sup>17</sup>, quando houve uma piora na situação.<sup>18</sup>

O presidente norte-americano, assim que assumiu o governo, lançou críticas ferozes ao acordo entre Brasil e Alemanha. Levantou a questão dos direitos humanos e se posicionou

---

<sup>13</sup> KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro. APPOLONI, Carlos Roberto. **Uma breve história da política nuclear brasileira**. Paraná: Departamento de Física – UEL, 2002, p.382.

<sup>14</sup> Comunidade Europeia de Energia Atômica.

<sup>15</sup> Diplomata norte-americano que exerceu um papel importante na política estrangeira dos Estados Unidos.

<sup>16</sup> Ministro das Relações Exteriores no governo de Ernesto Geisel.

<sup>17</sup> Presidente dos Estados Unidos nos anos de 1977-1981.

<sup>18</sup> DUTRA, Raul B. As relações regionais: o Norte (AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS).

Disponível em: <<https://fichamentohpexbra.wordpress.com/2013/01/19/as-relacoes-regionais-o-norte/>>. Acesso em: 07 abr 2015.

referente à transferência de tecnologia nuclear. Mas este não foi o ponto crítico deste período. Em resposta ao posicionamento de Carter, o Brasil cancelou o Tratado de Ajuda Militar que foi firmado com os Estados Unidos no ano de 1952, conseqüentemente, gerando o descontentamento norte-americano.<sup>19</sup>

Nesta ousada manobra do governo brasileiro, percebe-se que ainda era mantido o sentimento de autonomia na tomada de decisões, mesmo que isso gerasse conseqüências a um parceiro internacional.

Em contrapartida às críticas norte-americanas, ainda foi levantado o fato de o acordo possuir disposições que tratem da não proliferação. Em seu 2º artigo está escrito que “os assinantes do Acordo reconhecem o princípio da não proliferação de armas atômicas” (WILKER apud LOHBAUER, 2000, p. 66). Podemos dizer que as críticas estadunidenses não tinham uma base sólida. Além do próprio acordo já dispor sobre a transferência de tecnologia nuclear, a Alemanha era um dos países signatários do Tratado de Não Proliferação. Ademais, o Brasil não via esse acordo como meio de se tornar uma potência neste setor ou até mesmo causar pânico na sua população ou em outros países. Seu objetivo era simplesmente econômico, já que após a crise do petróleo, o país precisava sair da zona de dependência energética e poder produzir aquilo que era necessário para sua própria sobrevivência e desenvolvimento – processo chamado de substituição de importações, muito utilizado em governos anteriores ao de Geisel. Sendo assim, Alemanha e Brasil mantiveram sua decisão de prosseguir com o acordo, mesmo com as fortes pressões norte-americanas.

Mas neste mesmo período, as estratégias de Carter começaram a contradizer os objetivos do Tratado de Não Proliferação, já que o presidente estadunidense quis estimular as exportações nucleares em seu governo, atitude considerada divergente em relação às críticas lançadas a respeito do tratado (LOHBAUER, 2000, p. 77-78).

Mais uma vez, fica claro que a intenção dos Estados Unidos em diluir o acordo não estava relacionada à sua preocupação com os direitos humanos ou com o perigo de proliferação nuclear. Na realidade, esses argumentos só serviriam como uma justificativa, de certo modo plausível, para que o acordo não vigorasse. É evidente que a única e grande preocupação norte-americana era a perda de seu poder no mercado nuclear.

Com esse novo rumo nas estratégias de Carter, o presidente estadunidense percebeu que não precisaria tomar nenhuma atitude para forçar o fim do acordo, que já estava enfrentando problemas técnicos e financeiros, além de atrasos no prazo de entrega. Sua paralisação, que não demorou a acontecer, se deu em 1983 durante o governo de João Figueiredo, que suspendeu as obras nas usinas brasileiras devido às dificuldades econômicas pelas quais o país estava passando.<sup>20</sup>

Até hoje se considera surpreendente o fato do acordo entre Brasil e Alemanha não ter gerado resultados significativos e ter sido elaborado de forma tão desordenada. Um acordo de tal magnitude deveria ter resultados que se equiparassem ao seu projeto de criação.

---

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Gilson. **Brasil: um amigo adversário dos EUA**. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/394/brasil\\_um\\_amigo\\_adversario\\_dos\\_eua/capitulo/2/](http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/394/brasil_um_amigo_adversario_dos_eua/capitulo/2/)>. Acesso em: 07 abr 2015.

<sup>20</sup> KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro. APPOLONI, Carlos Roberto. **Uma breve história da política nuclear brasileira**. Paraná: Departamento de Física – UEL, 2002, p.383.

#### 4 OS RESULTADOS DA NOVA ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Os dois últimos anos da presidência de Ernesto Geisel foram os mais dinâmicos na sua relação com a Alemanha Ocidental. Da mesma forma que repercutiram e lançaram grandes metas, dissolveram-se devido às divergências de pensamentos.

Em março de 1978, o presidente brasileiro esteve na RFA, configurando o mais importante momento nas relações entre os países, já que a Alemanha possuía grande interesse em aprofundar a relação de cooperação com o Brasil. As conversas entre Geisel e o chanceler alemão, Helmut Schmidt, abordaram temáticas político-econômicas tanto brasileiras – a respeito de seu papel de influência no Terceiro Mundo –, como europeias. E também discutiram sobre o acordo nuclear (que neste ano ainda estava em vigor), assegurando suas disposições. Apesar de toda a expectativa e boa vontade do governo alemão para com o presidente Geisel, houve uma forte onda de críticas vindas de partidos e cidadãos alemães que condenavam as ações do governo brasileiro durante o período da ditadura militar no país. Geisel sofreu diversas ofensas devido às perseguições e opressões que ocorriam no Brasil na época (LOHBAUER, 2000, p 78-80).

O descontentamento da população alemã deve-se, principalmente, ao que aconteceu em seu próprio país. As marcas da Segunda Guerra Mundial ainda estavam presentes em suas mentes, talvez por isso, eles abominavam qualquer regime ditatorial e mostravam sua inconformidade com a situação.

Mesmo com esses acontecimentos, Brasil e Alemanha conseguiriam prosseguir com o estreitamento de suas relações. Não só mantiveram o negócio atômico, mas também aprovaram um empréstimo no valor de 50 milhões de marcos para Brasil, com o intuito de desenvolver o país e formar sua posição de liderança e influência entre os países do Terceiro Mundo. E novamente, todas as tratativas preocupavam os Estados Unidos. Os norte-americanos tinham grande receio a respeito do acordo nuclear e ainda não poderiam aceitar o despontamento do Brasil como um país autônomo no cenário mundial (LOHBAUER, 2000, p 81).

Essa união significava aos Estados Unidos a perda de sua influência no Brasil e o surgimento de dois novos concorrentes internacionais, independentemente do setor. Suas críticas e intervenções não eram pautadas na preocupação com as consequências que essa parceria poderia trazer ao mundo, mas sim com as dificuldades que poderiam ser geradas aos norte-americanos a partir deste momento.

Dando continuidade às relações teuto-brasileiras, no ano de 1979, Helmut Schmidt veio ao Brasil, envolto em um cenário bastante distinto. Além de não sofrer com as represálias dos brasileiros – como aconteceu com Geisel na Alemanha – o Brasil estava passando por grandes dificuldades econômicas com o aumento exorbitante dos índices inflacionários devido à segunda crise do petróleo no início deste mesmo ano, que gerou também uma grande dependência de petróleo, fato que passou a reger a política externa brasileira.<sup>21</sup> Em adição a esses fatores, houve uma forte onda protecionista na Europa naquela época, o que provocou a

---

<sup>21</sup> FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo: o Brasil e o Iraque**. Revista Brasileira de Política Internacional. 2007, p 135-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a09v50n2.pdf>>. Acesso em: 09 abr 2015.

deterioração ainda mais rápida nas relações entre o Brasil e RFA. (CAVALCANTI apud LOHBAUER, 2000, p 85).

Percebeu-se, então, que os interesses entre os dois países eram bastante distintos. O Brasil, com sua abertura econômica e liberalização, tinha o intuito de crescer e se industrializar a custo de um país já desenvolvido – neste caso, a Alemanha. Já a RFA queria enriquecer e consolidar sua possível hegemonia no setor nuclear a partir da dependência do Brasil que o acordo entre os países criaria; além de conseguir uma maior influência mundial, utilizando o Brasil – país de Terceiro Mundo em pleno desenvolvimento – como frente para suas ações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos fatos apresentados, pode-se concluir que esta fase da política externa brasileira deve ser considerada como uma das maiores tentativas do governo em inserir o país de forma diferenciada e diversificada no cenário internacional, sempre tendo como objetivos principais a sua autonomia neste meio e o afastamento em relação ao eixo norte-americano. Mesmo que as tentativas brasileiras não tenham logrado resultados bons e duradouros, a aproximação à RFA serviu para mostrar ao mundo – e principalmente aos Estados Unidos – que o país tem um enorme potencial e que pode chegar a realizar ações de grande magnitude, dependendo apenas do engajamento e desempenho de seus próprios governantes.

Está claro que o Brasil não conseguiu realizar acordos comerciais que vigorassem de forma a beneficiar o país. Percebe-se isso após a análise do principal acordo firmado neste período, quando vislumbramos que ele não traria os benefícios esperados ao país e ainda o faria funcionar como mercado consumidor aos alemães – o que já acontecia previamente, mas neste caso, os norte-americanos ditavam as regras a nós. Portanto, tentando diversificar nossas parcerias, acabamos exercendo o papel de “país a ser explorado” mais uma vez, mas nesta situação, o próprio governo brasileiro teve uma parcela de culpa, já que ratificou um acordo mal estruturado e com disposições desordenadas.

Mas apesar de todos os insucessos da política externa, não se pode descartar as tentativas brasileiras, o engajamento do governo e sua constante busca pela tão almejada autonomia no cenário mundial. E todas essas características são as que faltam no governo atual e que deveriam ser os pilares da política externa que vigora neste país. Atualmente, vemos a fragilidade do corpo diplomático, além de sua ineficiência. Não há acordos internacionais de relevância; o governo contentou-se com o “meio termo”. Por isso, deveríamos ver a política externa de Geisel como um encorajamento a esta geração e às gerações futuras, para que possam realizar ações de grande impacto e que tragam bons resultados.

## REFERÊNCIAS

DUTRA, Raul B. **As relações regionais: o Norte (AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS)**. Disponível em: <<https://fichamentohpexbra.wordpress.com/2013/01/19/as-relacoes-regionais-o-norte/>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

Embaixada e Consulados Gerais da Alemanha no Brasil. **Informações Atuais sobre as Relações Bilaterais Brasil-Alemanha**. Disponível em: <[http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07\\_\\_Aussenpolitik/Bilaterale\\_\\_Beziehung en/Bilaterale\\_\\_Beziehungen.html](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07__Aussenpolitik/Bilaterale__Beziehung en/Bilaterale__Beziehungen.html)> Acesso em: 04 abr 2015.

FARES, Seme Taleb. O Pragmatismo do Petróleo: o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ed 50, 2007, p 135-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a09v50n2.pdf>>. Acesso em: 09 abr 2015.

IPEA, A revista de informações e debates do. **Petróleo: da crise aos carros flex. Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ed. 59, ano 7, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro. APPOLONI, Carlos Roberto. **Uma breve história da política nuclear brasileira**. Paraná: Departamento de Física – UEL, Ed 19, 2002, p.382-383. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/viewFile/6612/6104>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

LOHBAUER, Christian. **Brasil-Alemanha: Fases de Uma Parceria (1964-1999)**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Edusp, 2000, p. 57-88.

LOHBAUER, Christian. **Brasil e Alemanha: Seis Décadas de Intensa Parceria Econômica**. Cadernos Adenauer XIV. Edição Especial, 2013, p. 29-30. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/10986-1442-5-30.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2015.

OLIVEIRA, Gilson. **Brasil: um amigo adversário dos EUA**. Site NetHistória. Brasília, dez. 2003. Sessão Artigos. Disponível em: <[http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/394/brasil\\_um\\_amigo\\_adversario\\_dos\\_eua/](http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/394/brasil_um_amigo_adversario_dos_eua/)>. Acesso em: 05 abr. 2015.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL RELAÇÕES ENTRE BRASIL-ALEMANHA DURANTE A DITADURA, 1., 2014, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. **Seminário discute relações entre Brasil e Alemanha durante a ditadura**. Heinrich Böll Stiftung Brasil, 14 maio 2014. Disponível em: <<http://br.boell.org/pt-br/2014/05/14/seminario-discute-relacoes-entre-brasil-e-alemanha-durante-ditadura>> Acesso em: 05 abr. 2015.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ed. 47, ano 2, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200007)>. Acesso em 05 abr. 2015.